



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a instituir, para fins administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominado Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução de desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal.

§ 1º O Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento abrange os Estados do Maranhão, do Piauí e do Tocantins, e o Distrito Federal, em sua totalidade; o Estado de Goiás, acima do paralelo de 16º de latitude; o Sudeste do Pará, compreendendo quarenta municípios e o Nordeste de Mato Grosso, compreendendo dezessete municípios.

Art. 2º São condições para integração das regiões em desenvolvimento, de que trata esta lei:

I – compatibilização entre o planejamento nacional e o regional;

II – criação de mecanismos que assegurem às regiões em desenvolvimento participação efetiva na formulação, execução e acompanhamento dos programas governamentais de caráter regional.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, cabe ao Conselho Deliberativo do Corredor Centro-Norte de De-

seenvolvimento, a ser criado pelo Poder Executivo, composto por representantes dos governos estaduais integrantes da região e das agências de desenvolvimento regionais da área, elaborar o Programa Especial do Corredor Centro-Norte, e submeter, através da Presidência da República, à aprovação do Congresso Nacional.

Parágrafo único. Compete aos governos estaduais e aos órgãos e entidades federais, sediados na região, executar o programa a que se refere o **caput** deste artigo, e às agências de desenvolvimento regionais definir prioridades, coordenar, supervisionar e avaliar a sua implementação.

Art. 4º O Programa Especial do Corredor Centro-Norte, estabelecerá, mediante convênio, normas e critérios para unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos, abrangidos tanto os federais e aqueles de responsabilidade de entes federais, como aqueles de responsabilidade dos entes federados referidos no § 1º do art. 1º, especialmente em relação a:

I – tarifas, fretes e seguros, ouvido o Ministério da Fazenda;

II – linhas de crédito especiais para atividades prioritárias;

III – isenções e incentivos fiscais, em caráter temporário, de fomento a atividades produtivas em programas de geração de empregos e fixação de mão-de-obra.

Art. 5º Os empreendimentos integrantes do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento compreendem:

I – obras de infra-estrutura de transportes, com prioridade para:

- a) construção da Ferrovia Norte-Sul;
 - b) recuperação do trecho ferroviário Teresina-São Luiz;
 - c) complementação das eclusas de Tucuruí;
 - d) construção e melhoramentos hidroviários nos rios Araguaia, Tocantins e das Mortes;
 - e) construção de oleodutos e gasodutos;
- II – projetos de energia elétrica, com prioridade para:

- a) energia eólica, fotovoltaica ou termossolar;
 - b) pequenas centrais hidráulicas;
 - c) utilização não predatória de biomassa;
 - d) linhas de transmissão;
 - e) eletrificação rural;
- III – projetos econômicos privados, com prioridade para:

- a) atividades agrícolas;
 - b) atividades industriais;
- IV – projetos de apoio à exportação, com prioridade para:
- a) implantação de estação aduaneira interior em Açailândia - MA;
 - b) implantação de estação aduaneira interior em Balsas - MA;
 - c) implantação de estação aduaneira interior em Imperatriz - MA;
 - d) implantação de estação aduaneira interior em Teresina - PI;
 - e) implantação de estação aduaneira interior em Lizarda - TO;

V – projetos de colonização e reforma agrária, com prioridade para obras de irrigação.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil, com aproximadamente 8,5 milhões de quilômetros quadrados, apresenta uma configuração espacial com regiões bastante diferenciadas. Além das diversidades espaciais, as regiões brasileiras apresentam nítidas desigualdades sociais e econômicas. A despeito de ter sido estabelecida pela Constituição Federal a redução dessas disparidades como objetivo fundamental da Nação, as mesmas continuam em persistir.

No capítulo VII da Carta Magna, relativo à Administração Pública, a Seção IV trata especificamente das Regiões. Em seu único artigo, o art. 43, estabelece que "para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais".

nômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais".

A progressiva ocupação das áreas interioranas e a consolidação de um pólo econômico no planalto central estão contribuindo para uma nova configuração espacial do País. O sistema de transporte, tradicional seguidor dos fluxos de comércio interregional e internacional, necessita ser reorientado dentro do novo contexto que emerge da intensa exploração econômica do Centro-Oeste e da penetração que avança pela bacia Amazônica, e assumir paulatinamente seu papel mais nobre de indutor do desenvolvimento.

O Cerrado Oriental, com seus 1,8 milhões de quilômetros quadrados, representa um recurso potencial que, se bem utilizado, proporcionará rápido e valioso retorno de investimentos, atuando ainda como alavancador de progresso para outras regiões, beneficiando todo o Brasil, nos campos econômicos e social.

O projeto de lei complementar, agora proposto, tem, justamente, o objetivo de propiciar as condições necessárias e imprescindíveis ao pleno desenvolvimento de vasta região ainda carente de infraestrutura.

Sala das Sessões, 22 de maio de 2002. – **Francisco Escórcio**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 43. Para efeitos administrativos, da União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

*Alterado pela Emenda Constitucional nº 19/98.

**Alterado pela Emenda Constitucional nºs 18/98.

***Alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 3/93, 18/98 e 20/98.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I – as condições para integração de regiões em desenvolvimento

II – a composição dos organismos regionais que executarão, na fonte planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na fonte:

I – igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos responsabilidade do poder público;

II – juros favorecidos para financiamento de atividades prioritária;

III – isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais por pessoas físicas ou jurídicas;

IV – prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeita a seca periódicas.

§ 3º Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação das terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais esbelecidos, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Publicado no Diário do Senado Federal de 23 - 05 - 2002